**DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO INTERAMERICANA** OEA/Ser.K/V.14.1

**DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO** CIDI/RME/doc. 6/22 rev.2

De 10 a 11 de novembro de 202211 novembro 2022

Washington, D.C., Estados Unidos da América Original: espanhol

VIRTUAL

AGENDA EDUCACIONAL INTERAMERICANA 2022-2027

(Aprovada na sexta sessão plenária realizada em 11 de novembro de 2022)

1. ANTECEDENTES

Em fevereiro de 2015 realizou-se no Panamá a Oitava Reunião Interamericana de Ministros da Educação, na qual foi adotada a resolução [CIDI/RME/RES. 1/15 rev.1](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=V.11.1%20CIDI/RME/RES.&classNum=1&lang=s), que encarregou a Comissão Interamericana de Educação (CIE) de elaborar uma [Agenda Educacional Interamericana](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=V.12.1%20CIDI/RME/doc.&classNum=6&lang=s) (AEI): “Educação com equidade para a prosperidade”. Nessa reunião, os Ministros da Educação resolveram: “…trabalhar conjuntamente, e de acordo com as legislações nacionais, na construção de uma Agenda Educacional Interamericana que ofereça aos Estados membros um espaço de diálogo político para definir áreas prioritárias de ação que orientem nos próximos cinco anos a cooperação interamericana em matéria educacional em função dos seguintes mandatos existentes: educação de qualidade, inclusiva e com equidade, fortalecimento da profissão docente e atenção integral à primeira infância”.

A AEI foi aprovada em 2017 durante a Nona Reunião de Ministros da Educação, realizada nas Bahamas, para execução em um período de cinco anos a partir de 2017, depois do qual seria revisada pelos Estados membros.

Em 2019, na Décima Reunião Interamericana de Ministros da Educação, foi adotado o Plano de Ação de Antígua e Barbuda; em 2020, 24 projetos com potencial hemisférico foram identificados para a implementação do Plano de Trabalho da CIE 2019-2022 como mecanismo de ação dos mandatos adotados no Plano de Ação de Antígua e Barbuda (PAAB) 2019.

A partir do interesse expressado pelos países para os diferentes projetos do Plano de Trabalho e da identificação de iniciativas com potencial hemisférico que poderiam gerar sinergia entre os Estados membros, assim como possibilidades de aprendizagem conjunta, foram gerados espaços de diálogo e mesas de trabalho sob a modalidade de seminários virtuais no âmbito da implementação do Plano de Trabalho. Estes seminários foram organizados sob a liderança dos Ministérios da Educação dos Estados membros que lideraram iniciativas ou contam com experiências significativas relacionadas a algum projeto específico contido no Plano de Trabalho.

Considerando que a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), mediante a resolução [AG/RES. 2955 (L-O/20)](http://www.oas.org/es/sla/docs/AG08273S08.pdf), aprovada em 20 de outubro de 2020, instruiu a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral a que, como Secretaria Técnica da CIE, começasse o planejamento da segunda fase da Agenda Educacional Interamericana propondo as diretrizes para o próximo quinquênio 2022-2027 e que, sob a liderança das Autoridades da CIE, os espaços de diálogo realizados entre 2020 e 2021 tomassem uma dinâmica muito clara que foi sendo consolidada e fortalecida em suas sucessivas versões; na Nona Reunião Ordinária da CIE, realizada em novembro de 2021, com a participação dos Ministérios da Educação de 28 países, aprovou-se a resolução [CIDI/CIE/RES. 1/21,](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=XIII.6.9%20CIDI/CIE/RES&classNum=1&lang=p) “Metodologia para a Construção da Segunda Fase da Agenda Educacional Interamericana”, que resolveu adotar a metodologia para a construção da segunda fase da Agenda Educacional Interamericana (AEI) contida no documento [CIDI/CIE/doc.9/21](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=XIII.6.9%20CIDI/CIE/doc&classNum=9&lang=p), que reflete o processo levado a cabo para a geração de consensos sobre temas, necessidades e urgências que afetam a região em temas de continuidade educacional e que formaram as fases do processo de construção coletiva da Agenda Educacional Interamericana para o período 2022-2027. Este documento resgata as diversas modalidades de participação dos Estados membros durante o período citado.

A resolução “Metodologia para a Construção da Segunda Fase da Agenda Educacional Interamericana”, aprovada em novembro de 2021, encarregou a Secretaria Técnica da CIE de convocar uma reunião extraordinária para confirmar as prioridades da AEI, seus elementos e necessidades emergentes, bem como definir as ações necessárias para garantir a continuidade educacional nos próximos cinco anos, com foco especial nas populações em condição de vulnerabilidade e de acordo com os temas discutidos nos espaços de diálogo realizados durante os últimos 18 meses.

1. QUADRO GERAL

Através da AEI, os Ministros da Educação dos Estados membros da OEA expressaram claramente seu compromisso com os objetivos e metas globais já estabelecidos, definindo ações hemisféricas específicas que apoiaram sua bem-sucedida implementação; além disso, reiteraram seu compromisso com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados pelas Nações Unidas em 25 de setembro de 2015, com ênfase específica no ODS 4, que estabelece para os Estados membros o objetivo de “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

O propósito da AEI é ser um espaço de diálogo político e tomada de decisões que se fortalece e executa através da cooperação interamericana, bem como da coordenação e articulação de esforços com outros organismos internacionais e entidades regionais e sub-regionais para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e com equidade e promover oportunidades de aprendizagem permanente para todos. Na Nona Reunião Ordinária da CIE, os Ministros da Educação fizeram um apelo para ampliar o trabalho colaborativo realizado até o momento com o objetivo de otimizar a capacidade dos países para gerar oportunidades e garantir a continuidade da educação para todos no âmbito da Proposta Hemisférica de Ação para a Continuidade da Educação (PHACE)”.

A AEI é guiada pelos princípios de colaboração, intersetorialidade e interculturalismo. Estes princípios foram reafirmados na Nona Reunião Ordinária da CIE, quando as autoridades dos Ministérios da Educação ratificaram que um dos eixos principais da metodologia são os espaços de diálogo e expressaram seu desejo de que a segunda fase da AEI continue mantendo um espírito de colaboração e construção conjunta.

As novas autoridades eleitas da CIE para o período 2021-2024 assumiram o compromisso de fazer um trabalho colaborativo com todos os países, procurando o acordo e o consenso e reunindo as experiências e aprendizagens de cada um para recuperá-las, sistematizá-las, comparti-las e pô-las à disposição de todos. Além disso, expressaram sua intenção de dar continuidade ao trabalho realizado pela presidência de Antígua e Barbuda e que os mecanismos de integração e solidariedade continuem funcionando permanentemente.

A partir da Nona Reunião Ordinária, as autoridades da CIE definiram como eixos essenciais que devem orientar a AEI: a recuperação e reparação educacional pós-pandemia; a mobilidade de estudantes e reconhecimento de seus estudos entre os países da região; a incorporação de ações concretas na educação para mitigar a mudança climática; desenvolvimento profissional e formação docente articulada entre os países da região; uso de novas tecnologias na educação; a relação entre a educação, o emprego e o desenvolvimento dos países; o desenvolvimento de ambientes escolares saudáveis e, finalmente, a pesquisa vinculada às problemáticas contextuais dos sistemas educacionais, bem como sua intenção de desenvolver um plano de trabalho concentrado em promover espaços de discussão e acompanhamento em temas como a reativação do setor educacional pós-pandemia, o retorno seguro a aulas presenciais, a recuperação de aprendizagens, a inovação e a agenda educacional digital, a inclusão educacional para a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade, inclusive as pessoas com deficiência, os povos indígenas e aqueles em situação de mobilidade humana, entre outros.

Com o objetivo de avançar na construção da Agenda Educacional Interamericana 2022-2027, em 16 de fevereiro de 2022 foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária da CIE e seus Grupos de Trabalho, durante a qual as autoridades da CIE e as autoridades dos Ministérios da Educação da região deliberaram e buscaram consenso com relação às áreas prioritárias e linhas temáticas que a AEI 2022-2027 deve contemplar.

1. OBJETIVOS GERAIS E ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

O documento [CIDI/CIE/doc.9/21](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=XIII.6.9%20CIDI/CIE/doc&classNum=9&lang=p) descreve as etapas para a construção coletiva da segunda fase da AEI e recapitula quais dessas etapas foram concluídas. O documento propôe as três etapas seguintes para confirmar as prioridades, elementos e necessidades emergentes que serão consideradas na AEI para o período 2022-2027, bem como as ações necessárias para garantir a continuidade educacional nos próximos cinco anos.

Adiante apresentam-se as linhas temáticas da AEI 2022-2027 discutidas na Reunião Extraordinária realizada em fevereiro de 2022 que depois se transformarão em produtos e ações concretas para sua implementação no Plano de Ação e no Plano de Trabalho da CIE 2022-2025; estas linhas são apresentadas em duas áreas prioritárias:

**3.1 Enfoque sistêmico para a construção de sistemas educativos resilientes**

Nos diferentes diálogos sobre políticas públicas e ações programáticas que se desenvolveram no âmbito das atividades do Plano de Trabalho 2019-2022 da Comissão Interamericana de Educação (CIE) e em meio a um panorama de crise sanitária mundial que implicou o fechamento maciço de centros educativos, as autoridades educacionais manifestaram o compromisso de que a educação é um direito e, como tal, um compromisso ineludível do Estado.

Neste sentido, através da CIE, os Ministérios da Educação concentraram seu trabalho em gerar um quadro de ação que permita garantir a continuidade da educação nos diferentes níveis do sistema educacional, promovendo a atenção daqueles mais afetados por tais circunstâncias, a partir de uma estratégia baseada na análise e realidade das medidas tomadas pelos governos da região, incorporando múltiplas perspectivas para avançar na construção de um novo pacto educacional hemisférico em contextos de mudança que, a partir de um mecanismo de colaboração regional, nos permita repensar e reimaginar o futuro dos sistemas educacionais com o fim de garantir sua equidade e resiliência.

Em 2020a CIE**,** junto com o Fórum Global de Futuros Educativos J-WEL**,** reuniu líderes e formuladores de políticas públicas no âmbito educativo dos Estados membros da OEA num simpósio que teve como objetivo desenvolver novas visões para a educação num mundo pós-pandemia e definir as políticas, as pesquisas, as capacidades, as práticas e a infraestrutura necessárias para tornar realidade essas visões em nossa região.

Desde esse momento, os líderes e autoridades dos Ministérios da Educação da região afirmaram que, mais que buscar a volta à normalidade, é momento de imaginar um novo e melhor futuro para os sistemas educacionais em todo o mundo, sistemas que sirvam melhor para estudantes e sociedades, que sejam resistentes e respondam à mudança rápida. Além disso, concluíram que a reinvenção bem-sucedida dos sistemas educativos exige um enfoque sistêmico múltiplo.

Com esse fim, as autoridades da CIE propuseram incorporar uma série de linhas temáticas que foram discutidas, reconfirmadas e enriquecidas pelos Estados membros na Primeira Reunião Extraordinária da CIE em fevereiro de 2022, de tal forma que a partir de um enfoque sistêmico para a construção de sistemas educacionais resilientes se abordem os seguintes temas:

* Recuperação, reparação e reativação do setor educacional pós-pandemia.
* Uso de novas tecnologias na educação e na agenda educacional digital.
* Desenvolvimento profissional e capacitação docente.
* Educação para a mitigação da mudança climática.
* Agenda de pesquisas vinculadas aos sistemas educacionais nacionais e regionais.
* Atenção à população estudantil e pessoal docente em condição de deficiência.
* Desenvolvimento socioemocional e convivência escolar.

**3.2 Agenda intersetorial**

A AEI é orientada pelos princípios de colaboração, intersetorialidade e interculturalismo; isto quer dizer que a seleção e/ou implementação de qualquer projeto e atividade da AEI observará esses princípios.

Em julho de 2019, os Ministros da Educação adotaram o Plano de Ação de Antígua e Barbuda, que impulsiona a implementação da AEI também com base nos princípios de colaboração, intersetorialidade e interculturalidade, reforçando sua vinculação com as iniciativas internacionais existentes, especialmente com os objetivos e metas da Agenda 2030, a Declaração de Incheon e seu Quadro de Ação para a realização do ODS 4.

Desde 2019 foram mantidas conversações produtivas e apelos à ação a partir da colaboração intersetorial entre Educação, Trabalho e Saúde em temas como habilidades para o futuro e o quadro regional de qualificações (no caso do setor do trabalho); e ambientes escolares saudáveis e habilidades para uma vida saudável (no caso do setor da saúde).

Para o período 2022-2027 da AEI, as autoridades eleitas da CIE consideraram relevante incorporar na agenda intersetorial as seguintes linhas temáticas:

* Mobilidade estudantil e reconhecimento de estudos entre os países da região.
* Desenvolvimento profissional e formação docente articulada entre os países da região.
* Relação entre educação, emprego e desenvolvimento dos países.
* Desenvolvimento de ambientes escolares saudáveis.

Além disso, como parte das contribuições intersetoriais apresentadas na Nona Reunião Ordinária da CIE, especificamente pelo setor do trabalho e no âmbito do diálogo entre Ministros do Trabalho e da Educação e do Plano de Ação de Buenos Aires 2021, foram propostos os seguintes temas como áreas para continuar a colaboração intersetorial:

- Aprendizagem contínua ao longo da vida e reconversão profissional e produtiva.

- Tendências e metodologias para o desenvolvimento das habilidades do futuro (técnicas e socioemocionais).

- Análise de experiências de trabalho conjunto e/ou coordenação entre ministérios, assim como com outros atores públicos e privados, na identificação e desenvolvimento de habilidades do futuro.

- Desenvolvimento de um Quadro Regional de Qualificações para fortalecer as competências e o desenvolvimento das habilidades do futuro, continuando o já mencionado trabalho de aliança entre OEA, OIT/CINTERFOR e UNESCO.

- Gestão e geração de informação que reflita e seja relevante para as realidades nacionais em matéria de educação e trabalho.

- Fortalecimento, atualização e ampliação dos sistemas de certificação de competências e serviços de emprego.

- Fortalecimento do diálogo social institucionalizado para obter sociedades mais justas, equitativas e resilientes.

- Prevenção e erradicação do trabalho infantil.

- Estabelecimento de trajetórias de formação e transição entre setores produtivos.

Quanto ao setor da saúde, entre novembro de 2020 e setembro de 2021 foi realizada uma série de diálogos entre o Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Emprego (DHDEE) da OEA, como Secretaria Técnica da CIE, e o Departamento de Doenças não Transmissíveis e Saúde Mental (NCDS) da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Estes diálogos intersetoriais sobre ambientes escolares saudáveis foram dirigidos a funcionários de alto nível designados pelos Ministérios da Educação e da Saúde para compartilhar novas visões para a promoção de ambientes escolares saudáveis e prevenção da desnutrição, sobrepeso e obesidade num mundo pós-pandêmico, coadjuvando no processo para a geração de políticas públicas, pesquisas, criação de capacidades, práticas e infraestrutura necessárias para tornar realidade essas visões em nossa região.

Como resultado destes diálogos, os representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde ressaltaram “…a importância de fortalecer a interseccionalidade[[1]](#footnote-2)/[[2]](#footnote-3)/ para dar um enfoque integral e sustentável à promoção de estilos de vida saudáveis, assegurando a inclusão e a equidade para todos e a importância de políticas públicas, marcos legais, regulamentos e diretrizes integrais e multidimensionais” e solicitaram:

* Que a atividade física e os ambientes saudáveis sejam posicionados como um tema de direitos na região, de maneira que as pessoas possam exigir e defender o direito à atividade física e a um ambiente saudável

ANEXO: Referências incluídas no documento “Projeto Preliminar de Agenda Educacional Interamericana 2022-2027”

Enfoque sistêmico para a construção de sistemas educacionais resilientes

Em agosto de 2020, o [Fórum Global de Futuros Educativos](https://portal.educoas.org/es/redes/educaci-n/eventos/foro-global-futuros-educativos-reimaginando-c-mo-construir-sistemas?lang=en) J-WEL e a Comissão Interamericana de Educação (CIE) da OEA reuniram líderes e formuladores de políticas públicas dos Estados membros da OEA em um simpósio que teve como objetivo refletir visões para a educação em um mundo pós-pandemia de modo que pudessem ser evidenciadas em políticas públicas, pesquisa, desenvolvimento de capacidades, práticas e infraestrutura necessárias para tornar realidade essas adaptações aos contextos de mudança em nossa região. Expressou-se o seguinte sobre a temática:

Em vez de buscar a volta à normalidade, este é talvez o momento de imaginar um novo e melhor futuro. Sistemas que se adequem melhor a estudantes e sociedades. Sistemas que sejam resistentes e respondam à mudança rápida. Sistemas que aproveitem os novos conhecimentos sobre a aprendizagem efetiva e as novas tecnologias de aprendizagem digital para proporcionar a todas as pessoas acesso a uma educação equitativa e de alta qualidade que lhes ofereça habilidades para prosperar na economia do futuro e se converter em cidadãos informados e compromissados.

No entanto, simplesmente permitir que estas forças se desenvolvam sozinhas não garantirá resultados positivos. A reinvenção bem-sucedida dos sistemas educacionais e a integração das tecnologias educacional exigem um enfoque sistêmico múltiplo.

1. Recuperação, reparação e reativação do setor educacional pós-pandemia

Em 2021, as [Secretarias da Internacional da Educação (IE) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)](https://www.oecd.org/education/Recuperacion-educativa-eficaz-y-equitativa.pdf) propuseram 10 princípios para a recuperação educacional, eficaz e equitativa que extraem lições aprendidas da pandemia, fomentam a colaboração entre as autoridades educacionais e reúnem as experiências dos países que podem contribuir para a recuperação educacional para assim alcançar maiores níveis de qualidade e equidade.

O documento apresenta os princípios agrupados em dois momentos:

|  |  |
| --- | --- |
| Princípios para a educação durante a pandemia | Princípios para a recuperação visando obter uma educação eficaz e equitativa |
| 1. Manter os estabelecimentos educacionais abertos o maior tempo possível e da maneira  mais segura possível.  2. Garantir a equidade e adaptar os recursos às necessidades.  3. Criar uma infraestrutura de aprendizagem à distância para chegar a todo o  conjunto estudantil.  4. Apoiar o pessoal docente em sua vida profissional.  5. Permitir que os professores e os pais apoiem os alunos. | 6. Proporcionar apoio específico para satisfazer as necessidades de aprendizagem, sociais e emocionais dos alunos.  7. Junto com o pessoal docente e as partes interessadas, elaborar uma infraestrutura de aprendizagem digital sólida.  8. Capacitar os professores para que exerçam sua profissionalidade e se beneficiem de oportunidades de formação profissional.  9. Fomentar uma cultura de inovação colaborativa.  10. Aprender com os dados nacionais e internacionais. |

Para mais informações sobre os princípios para a recuperação educacional, eficaz e equitativa, clique [**aqui**](https://www.oecd.org/education/Recuperacion-educativa-eficaz-y-equitativa.pdf).

Durante a Primeira Reunião Extraordinária da CIE, reafirmou-se a importância do acesso à educação dos grupos mais vulneráveis; para isso, sugeriu-se trabalhar sobre a homologação e reconhecimento de estudos na educação média entre os países da região, já que no âmbito das crises migratórias este tema se torna muito relevante porque vários países acolhem pessoas em situação de mobilidade humana, e instrumentos como uma tabela de equivalências facilitam o acesso e direito à educação destes grupos.

1. Uso de novas tecnologias na educação e na agenda educacional digital

Na Nona Reunião Ordinária da CIE, os Estados membros expressaram reiteradamente a existência de uma lacuna digital em seus países e a necessidade de reduzi-la. Entre as contribuições realizadas nesta reunião, os países manifestaram como suas prioridades:

* Transição acelerada para a digitalização da educação.
* Aceleração de processos de alfabetização digital.
* Dotar as escolas de equipamento informático e de conectividade.
* Estímulo ao uso de tecnologias nas aulas e o reforço do trabalho com os docentes para prepará-los de maneira que não só disponham da tecnologia, mas também saibam fazer bom uso dela como ferramenta para a formação e assim ir superando a resistência que alguns ainda possam ter com relação à implementação da tecnologia nos processos educativos.

1. Desenvolvimento profissional e capacitação docente

Na Nona Reunião Ordinária da CIE os Estados membros confirmaram que o foco em desenvolvimento profissional e capacitação docente continua sendo um tema prioritário e se referiram especificamente à necessidade de:

* Promover a capacitação e formação em competências digitais, relacionadas com a necessidade de avançar para um modelo híbrido no qual as TIC também sejam aproveitadas de maneira permanente e integral.
* Capacitação em competências digitais para criação de conteúdo e uso de ferramentas digitais de maneira acessível.

Além disso, durante a Primeira Reunião Extraordinária da CIE, os representantes dos Ministérios da Educação dos Estados membros assinalaram que a pandemia e o confinamento também deixaram marca nos docentes e diretores; por isso, expressaram que é fundamental que a linha temática de desenvolvimento profissional e capacitação docente também contemple o bem-estar dos professores e suas habilidades socioemocionais, partindo do princípio de que eles são os mediadores das interações com os estudantes; dessa maneira, um professor fortalecido socioemocionalmente poderá estabelecer interações positivas, sensíveis e respeitosas, reconhecedoras do nível de desenvolvimento e das situações e necessidades que os estudantes possam ter, e então desenvolver práticas pedagógicas orientadas para esse fortalecimento e construção de cidadania e de habilidades socioemocionais necessárias para a vida neste novo século.

1. Educação para mitigação da mudança climática

Durante o Quinquagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, a Assembleia Geral da OEA aprovou a resolução [AG/RES. 2967 (LI-O/21)](https://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_21/AG08468S03.docx), “Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral: promoção da resiliência”, na qual se resolveu prorrogar o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) 2016-2021 [AG/RES. 2882 (XLVI-O/16)] até 2023. Este programa estabelece ações estratégicas para assegurar que o trabalho da Secretaria-Geral em desenvolvimento sustentável esteja alinhado com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre mudança climática no hemisfério, e que seus objetivos e resultados sejam guiados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para alcançá-los.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece entre seus objetivos as ações para a mitigação da mudança climática, especificamente em seu objetivo 13, que pretende: Adotar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus efeitos. Entre as metas relacionadas com o objetivo 13 encontram-se:

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planos nacionais.

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

A informação completa relacionada com os ODS pode ser encontrada [**aqui.**](https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/2015/09/la-asamblea-general-adopta-la-agenda-2030-para-el-desarrollo-sostenible/)

1. Agenda de pesquisas vinculadas aos sistemas educacionais nacionais e regionais

As autoridades da CIE expressaram que este aspecto se refere à construção de um documento ou repositório que colete as pesquisas efetuadas por países ou regiões sobre as problemáticas contextuais dos sistemas educacionais no qual os países possam difundir e compartilhar as pesquisas de cada um deles para uso de todos.

Agenda Intersetorial

Na resolução [AG/RES. 2967 (LI-O/21)](https://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_21/AG08468S03.docx), com relação à linha estratégica nela proposta para promover a educação e o desenvolvimento humano nas Américas, encarregou-se a SEDI de continuar apoiando o Plano de Trabalho 2019-2022 da CIE (CIDI/CIE/RPA/doc.9/20 rev.3) e seu objetivo de compartilhar iniciativas concretas para a implementação da Agenda Educacional Interamericana (AEI); que aprofunde sinergias entre as iniciativas globais, hemisféricas e sub-regionais para fortalecer as políticas docentes e de educação e promova a cooperação intersetorial e com outros atores sociais com a finalidade de contribuir para alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reduzir as desigualdades exacerbadas pela pandemia de COVID-19, especialmente para as populações de estudantes e docentes com deficiência, com ênfase especial no acesso à educação.

Além disso, encarregou-se a SEDI de, em cumprimento dos mandatos emanados da Décima Reunião Interamericana de Ministros da Educação no âmbito do CIDI e da Vigésima Primeira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, em consulta com os Estados membros, promover espaços de diálogo intersetorial, incluindo as áreas de saúde, trabalho, meio ambiente e economia.

1. Mobilidade estudantil e reconhecimento de estudos entre os países da região

O Plano de Trabalho da CIE 2019-2022 contempla três projetos relacionados com mobilidade estudantil e reconhecimento de estudos:

* Projeto 11: Programa Hemisférico de mobilidade acadêmica virtual conjunta OEA-OUI, através do qual a OEA e a Organização Universitária Interamericana (OUI) executarão nos países da América Latina e do Caribe uma Iniciativa Hemisférica de intercâmbio em modalidade virtual de estudantes de graduação e pós-graduação com o fim de oferecer a uma ampla maioria de estudantes a oportunidade de cursar em instituições de outra região/país matérias que sejam reconhecidas em seus planos de estudos, permitindo ao mesmo tempo viver uma experiência intercultural e incorporar uma perspectiva internacional em seu itinerário formativo. Desta forma, se fortalecerá de maneira inclusiva e com equidade o desenvolvimento de habilidades de cidadania global nos futuros profissionais da região, num contexto de colaboração, intersetorialidade e interculturalidade de acordo com os princípios da Agenda Educacional Interamericana (AEI). Mais informações: <https://oui-iohe.org/es/emovies>.
* Projeto 20: Apoiar a mobilidade acadêmica entre os Estados membros, no âmbito regional e internacional, em aliança com o Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC). Visa facilitar os processos de ratificação e implementação do Convênio Regional e da Convenção Mundial sobre Reconhecimento de Qualificações Relativas à Educação Superior. Para mais informações, acesse os seguintes links: [Convênio regional](http://www.iesalc.unesco.org/2019/11/08/por-que-es-necesario-un-convenio-regional-de-reconocimiento-en-educacion-superior/) e [Convênio mundial](https://es.unesco.org/themes/educacion-superior/reconocimiento-cualificaciones/convenio-mundial).
* Projeto 22: Difundir a experiência do Espaço de Mobilidade Virtual em Educação Superior (eMOVIES). Iniciativa da Organização Universitária Interamericana (OUI), o Espaço de Mobilidade Virtual em Educação Superior (eMOVIES) propõe uma visão alternativa aos modelos de mobilidade tradicional para a promoção do intercâmbio acadêmico em educação superior oferecendo aos estudantes de instituições de educação superior a oportunidade de realizar cursos ou matérias na modalidade virtual oferecidos por outras instituições vinculadas com o eMOVIES.

1. Desenvolvimento profissional e formação docente articulada entre os países da região

Nos diálogos mantidos nos últimos 18 meses entre os Estados membros, reafirmou-se como uma necessidade para os sistemas educacionais da região o desenvolvimento profissional e a formação docente. A Agenda Educacional Interamericana já contempla o fortalecimento da profissão docente como uma de suas áreas de prioridade ao propor:

* Promover o conhecimento das políticas públicas sobre a profissão e formação docente.

Linha de ação 1: Elaborar um estudo da situação das políticas públicas atuais sobre a profissão e a formação docente.

* Promover oportunidades para o desenvolvimento profissional docente.

Linha de ação 1: Coletar informação sobre ofertas formativas nacionais para docentes em serviço e identificar ofertas formativas abertas para docentes de outros Estados membros da OEA.

Linha de ação 2: Difundir informação sobre ofertas formativas para docentes em serviço e outras ofertas formativas abertas para docentes.

Linha de ação 3: Promover cursos de relevância interamericana.

Para o período 2022-2027 da AEI, os países consideraram que o fortalecimento da profissão docente deve continuar sendo uma área prioritária, mas enfatizando que o desenvolvimento profissional e a formação docente sejam realizados de maneira articulada entre os países da região.

Isto foi reafirmado na Primeira Reunião Extraordinária da CIE de 2022, quando as delegações dos Ministérios da Educação dos Estados membros solicitaram que as modalidades híbridas e possibilidades de interconexão e interinstitucionalidade na região sejam geridas não somente para os alunos, mas também para a formação docente contínua.

Finalmente, acordou-se que a formação inicial e a formação contínua dos docentes respondam à transformação dos sistemas educacionais e se adaptem aos contextos atuais de maneira que possam fazer frente a um mundo mutável que exige ações inovadoras em matéria educacional.

1. Relação entre educação, emprego e desenvolvimento dos países

A vinculação entre educação e trabalho é um tema prioritário para a região e gerou uma discussão constante no âmbito das políticas de educação, emprego, desenvolvimento e produtividade.

A educação é um processo fundamental para desenvolver capital humano, formando crianças, adolescentes e jovens em habilidades e conhecimentos importantes que lhes permitam participar ativamente no desenvolvimento integral de seus países, através de sua inserção em uma vida produtiva e digna que por sua vez contribua para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e socialmente justas.

O trabalho, por sua vez, é um meio de realização pessoal e contribuição social que permite aos indivíduos o desenvolvimento de suas capacidades adquiridas e aprendidas ao longo da vida.

Tanto nas Américas como em outras regiões, a qualidade do trabalho e a probabilidade de que seja digno, produtivo, protegido e bem remunerado depende em grande medida do nível e da qualidade da educação.

Na Primeira Reunião Extraordinária da CIE de 2022 assinalou-se a importância do bilinguismo e multilinguismo como ferramenta para o acesso a empregos; indicou-se a possibilidade de desenvolver ações articuladas e conjuntas entre os países das Américas que falam diferentes idiomas, de maneira que esse intercâmbio linguístico e de formação potencialize o acesso a melhores oportunidades de trabalho, sobretudo para os estudantes que cursam os últimos anos de escolaridade.

1. Desenvolvimento de ambientes escolares saudáveis

Durante a Nona Reunião Ordinária da CIE as delegações dos Estados membros expressaram seu interesse em abordar, em próximos espaços de diálogo, o tema da convivência escolar, além de compartilhar suas experiências quanto ao tema de estilos de vida saudáveis para apresentar os avanços realizados em termos de normatividade e sua implementação.

Além disso, no âmbito do diálogo entre Ministros do Trabalho e da Educação, na Vigésima Primeira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho em 2021 adotou-se a [Declaração de Buenos Aires](https://www.oas.org/es/sedi/dhdee/trabajo_empleo/documentos/TRABAJO/21CIMT/Ministerial/Declaracion%20de%20Buenos%20Aires%20XXI%20CIMT.pdf), na qual se estabeleceu que é necessário melhorar a articulação entre políticas econômicas, educacionais, sanitárias e trabalhistas para abordar e superar os efeitos da crise. Por sua vez, estabeleceu que é de grande importância criar estratégias destinadas a promover empregos para a juventude; reduzir o desemprego e o emprego juvenil precário; facilitar a transição escola-trabalho e oferecer oportunidades de educação e capacitação técnica e profissional para este grupo etário, especialmente para quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade por causa de diversas interseccionalidades,[[3]](#footnote-4)/ como as mulheres jovens, os jovens com deficiência, migrantes, indígenas e aqueles que involuntariamente não estudam nem trabalham.

A Declaração também estabelece a importância do mundo do trabalho para a recuperação da crise da Covid-19 e o desenvolvimento de sociedades mais resilientes, sustentáveis, justas e inclusivas. Nessa declaração, os Estados membros se comprometeram a redobrar os esforços para promover a recuperação do emprego e das empresas; combater a informalidade, a precarização do trabalho, a pobreza e a desigualdade em todas as suas dimensões e atender às populações mais afetadas pela crise, tais como as mulheres, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, as pessoas que trabalham na economia informal, os idosos e as pessoas pertencentes a minorias raciais e étnicas, ante o aprofundamento das desigualdades preexistentes como consequência da pandemia de Covid-19.

Na Primeira Reunião Extraordinária da CIE de 2022 assinalou-se que, dentro da temática de ambientes escolares saudáveis, para abordar a saúde a partir da educação seria preciso incluir temas de prevenção vinculados à pandemia de Covid-19, apoio socioemocional, alimentação e estilos de vida saudáveis, atividade física e esporte, bem como o bom uso do tempo livre.

1. Aprendizagem contínua ao longo da vida e reconversão profissional e produtiva

O [Plano de Ação de Buenos Aires 2021](https://www.oas.org/es/sedi/dhdee/trabajo_empleo/documentos/TRABAJO/21CIMT/Ministerial/Plan%20de%20Accion%20de%20Buenos%20Aires%20XXI%20CIMT.pdf), “Construindo um mundo do trabalho mais resiliente com desenvolvimento sustentável, trabalho decente, emprego produtivo e inclusão social”, sublinha que, em coordenação com outras instituições, é necessário melhorar a formação para o trabalho e facilitar a reconversão profissional e produtiva para que as pessoas, ante a queda do emprego em certos setores em consequência das mudanças tecnológicas, a mudança climática e os efeitos da pandemia, possam transitar para novos setores econômicos. Isto implica melhorar a qualidade, pertinência e inclusão da formação, quando for apropriado; fortalecer, atualizar e ampliar os sistemas de certificação de competências e os serviços de emprego; estabelecer trajetórias de formação e transição entre setores; e aprofundar o uso da tecnologia para facilitar e ampliar a formação, entre outros.

1. Tendências e metodologias para o desenvolvimento das habilidades do futuro (técnicas e socioemocionais). Análise de experiências de trabalho conjunto e/ou coordenação entre ministérios, assim como com outros atores públicos e privados, na identificação e desenvolvimento de habilidades do futuro

O desenvolvimento de habilidades no contexto do futuro do trabalho implica enfrentar o desafio de identificar as principais tendências e a demanda de habilidades no médio e longo prazo, assim como fazer frente à lacuna entre as habilidades mais demandadas no mercado de trabalho e aquelas que os sistemas atuais de educação e formação continuam desenvolvendo.

As habilidades do futuro englobam as habilidades técnicas nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), onde se prevê um maior crescimento e a criação de mais empregos, mas vão mais além. O conjunto de habilidades socioemocionais e não cognitivas é fundamental para melhorar a inserção e a mobilidade no mercado de trabalho e está sendo cada vez mais valorizado pelos empregadores. O pensamento crítico, a resolução de problemas, a criatividade, a liderança e as habilidades de comunicação aparecem como algumas das habilidades que serão mais demandadas em 2020 no âmbito mundial. Assim, é preciso haver um debate sobre quais são as habilidades do futuro no âmbito regional e como desenvolvê-las.

Pode-se encontrar mais informações sobre o diálogo intersetorial “As habilidades do futuro” [**aqui**.](https://www.oas.org/es/sedi/dhdee/trabajo_empleo/documentos/TRABAJO/20CIMT/TallerChile/TallerOEAChile_Resultados.pdf)

1. Desenvolvimento de um Quadro Regional de Qualificações para fortalecer as competências e o desenvolvimento das habilidades do futuro, continuando o já mencionado trabalho de aliança entre a OEA, OIT/CINTEFOR e UNESCO

De acordo com o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (CINTERFOR) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos países da América Latina e do Caribe estão ocorrendo tendências que apontam para a necessidade de um Quadro Regional de Qualificações, entre elas a crescente mobilidade de pessoas entre países que necessitam em muitos casos validar suas certificações de competências nos países de destino.

A OIT/CINTERFOR considera que o reconhecimento de qualificações é uma medida a favor do melhoramento da qualidade e de uma melhor integração dos sistemas nacionais de formação, ao facilitar a comparação e promover o reconhecimento mútuo. Nesse sentido, em colaboração com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), coordenaram-se esforços para abordar estas temáticas.

Isto se reflete no Plano de Trabalho da CIE 2019-2022, especificamente em seu projeto 21:

Elaborar com a OIT-CINTERFOR, UNESCO-OREALC e UNICEF uma matriz de descritores e níveis de um Quadro de Qualificações e princípios para seu uso e comparabilidade. Esse instrumento servirá como referência no âmbito regional para os países que iniciem ou estejam imersos na implementação de quadros de qualificações. Esta estrutura servirá como um meta-quadro para os países que iniciem, ou desejem atualizar, seus quadros nacionais de qualificações.

Além disso, na Primeira Reunião Extraordinária da CIE, em fevereiro de 2022, as delegações dos Estados membros assinalaram que os quadros nacionais de qualificações são uma ferramenta fundamental, mas devem ser complementados por instrumentos normativos, o reconhecimento de aprendizagens prévias, a criação de sistemas nacionais de qualificação e o trabalho conjunto entre ministérios e setores produtivos. Também consideraram necessária a conexão entre os quadros dos diferentes países, pois isso permitirá tornar realidade a mobilidade educacional e profissional na região, apostando em primeiro lugar em um Quadro de Qualificações Latino-Americano e posteriormente avançar para que esse quadro se conecte com outros quadros no âmbito global e, assim, não limitar as possibilidades dos estudantes e dos trabalhadores. Também solicitaram que se compartilhem as melhores práticas dos países que já identificaram quais são os parâmetros fundamentais de seu quadro de qualificações de maneira que outros países possam aprender com elas e assim avançar na agenda no que diz respeito à educação técnica.

1. Gestão e geração de informação que reflita e seja relevante para as realidades nacionais em matéria de educação e trabalho

O Plano de Ação de Buenos Aires, aprovado na Vigésima Primeira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, estabelece que o Grupo de Trabalho I facilitará a análise e o intercâmbio de experiências e desenvolverá recomendações para apoiar os governos em seus esforços para, em coordenação com outras instituições, fortalecer e potencializar a atualização dos sistemas de informação sobre o mercado de trabalho para contar com informação confiável e oportuna sobre as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho, bem como oferecer cifras oportunas sobre a dinâmica do mercado de trabalho com o objetivo de potencializar o uso de dados para a formulação de políticas públicas e retroalimentar as estratégias de educação e formação profissional com esta informação. Melhorar a capacidade dos sistemas de informação para gerar análises e estudos prospectivos, utilizar fontes tradicionais e não tradicionais de informação (aproveitar tecnologias de big data), identificar lacunas de habilidades e setores emergentes e prever as mudanças nas habilidades e competências requeridas pelo setor produtivo.

1. Fortalecimento do diálogo social institucionalizado para obter sociedades mais justas, equitativas e resilientes

Na Declaração de Buenos Aires de 2021 os Ministros do Trabalho reconheceram que o diálogo social é mais importante e urgente do que nunca para a busca de consensos e soluções que permitam uma recuperação econômica sustentável e apontem para a construção de um mundo de trabalho novo e melhor, com justiça social e desenvolvimento sustentável, motivo pelo qual se comprometeram a promover, fortalecer e ampliar o diálogo social inclusivo, aberto, transparente e intergeracional. Por isso, através de seu Plano de Ação, propuseram:

Fortalecer mecanismos para facilitar um diálogo social institucionalizado para a formulação de políticas na construção de um mundo do trabalho que seja mais justo, equitativo, sustentável e resiliente;

Desenvolver e implementar, com a contribuição do diálogo social, estratégias que reforcem a saúde e segurança ocupacional e que promovam um enfoque preventivo que inclua campanhas de sensibilização e educação.

1. Posicionamento da atividade física e ambientes saudáveis como um tema de direitos na região, de maneira que as pessoas possam exigir e defender o direito à atividade física e a um ambiente saudável

No âmbito dos diálogos intersetoriais Educação–Saúde realizados entre 2020 e 2021 em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde, os funcionários dos Ministérios da Educação e da Saúde dos Estados membros manifestaram a necessidade de abordar esta temática em termos de direitos: o direito à atividade física, o direito de defender essa atividade física para que qualquer cidadão esteja em condições de proteger sua saúde e possa motivar sua família a realizar atividade física. Além disso, destacou- se a importância de posicionar os cidadãos latino-americanos quanto à possibilidade de ter ambientes saudáveis e exigir seu direito à atividade física.

Com esta linha temática, pretende-se articular intersetorialmente e enfocar os esforços nos direitos e na qualidade de vida para que as crianças sejam o centro das ações como titulares de direitos, gerando oportunidades para o desenvolvimento de suas competências e capacidades, que lhes permitam o exercício pleno de seus direitos de cidadão, entre eles, a geração de ambientes saudáveis e sustentáveis.

CIDED00295P01

1. . Para a República do Paraguai, a interpretação do termo ‘interseccionalidade’ está sujeita à legislação nacional de cada Estado, posto que não existe para ele uma definição de consenso universal. [↑](#footnote-ref-2)
2. . Em conformidade com a Constituição Política da República, a Guatemala promove, defende e protege, no mesmo nível e sem qualquer discriminação, os direitos humanos de todas as pessoas reconhecidas nos pactos internacionais, conforme seu texto, segundo o sentido próprio de suas palavras e seu contexto e de acordo com as disposições constitucionais.

   Por esse motivo, a Guatemala se desassocia de todas as disposições, usos e termos desta Agenda Educacional que não estejam expressamente plasmados nos compromissos internacionais de que faz parte e contrariem sua legislação nacional.

   Neste sentido, o Estado da Guatemala entende “interseccionalidade” exclusivamente como a interconexão de formas múltiplas de discriminação, exclusão e desigualdade. [↑](#footnote-ref-3)
3. . Em conformidade com a Constituição Política da República, a Guatemala promove, defende e protege, no mesmo nível e sem qualquer discriminação, os direitos humanos de todas as pessoas reconhecidas nos pactos internacionais, conforme seu texto, segundo o sentido próprio de suas palavras e seu contexto e de acordo com as disposições constitucionais.

   Por esse motivo, a Guatemala se desassocia de todas as disposições, usos e termos desta Agenda Educacional que não estejam expressamente plasmados nos compromissos internacionais de que faz parte e contrariem sua legislação nacional.

   Neste sentido, o Estado da Guatemala entende “interseccionalidade” exclusivamente como a interconexão de formas múltiplas de discriminação, exclusão e desigualdade. [↑](#footnote-ref-4)